

Um jurista entre os extremos:
uma análise crítica da
recepção de *Brazil under
Vargas* (1942), de Karl
Loewenstein

A jurist between extremes:
a critical analysis of
the reception of Karl
Loewenstein's *Brazil under
Vargas* (1942)

Luis Rosenfield¹



Resumo: O presente artigo busca realizar uma avaliação da recepção do livro *Brazil under Vargas*, publicado em 1942 por Karl Loewenstein, com o intuito de se avaliar como autor interpretava as críticas que recebeu em resenhas especializadas, positivas ou negativas, sobre a sua obra. A percepção de Loewenstein sobre essa fortuna crítica será reconstruída a partir da correspondência ativa e passiva conservada na coleção especial *The Karl Loewenstein Papers*, do Amherst College. O objetivo final é analisar as nuances da recepção da obra, demonstrando como o autor reagia a determinados argumentos e críticas, especialmente no que se refere à definição conceitual operada por Loewenstein do Estado Novo de Vargas como um sistema político autoritário e, portanto, não-totalitário. **Palavras-chave:** Karl Loewenstein; Brasil sob Vargas; estado novo; era Vargas; autoritarismo.

Abstract: The present article seeks to perform a critical evaluation of the reception of the book 'Brazil under Vargas', published in 1942 by Karl Loewenstein, in order to assess how the author interpreted the criticism that he received in specialized journals, positive or negative, about his work. Loewenstein's perception of this critical fortune will be reconstructed from the active and passive correspondence preserved in the special collection The Karl Loewenstein Papers, at Amherst College. The final objective is to perform a critical evaluation of the nuances of the work's reception, demonstrating how the author reacted to certain conceptual arguments, especially regarding Loewenstein's definition of Vargas' *Estado Novo* as an authoritarian and, therefore, non-totalitarian political system. **Keywords:** Karl Loewenstein; Brazil under Vargas; new state; Vargas regime; authoritarianism.



Introdução

O presente artigo busca realizar uma avaliação crítica da recepção do livro *Brazil under Vargas*, publicado em 1942, do jurista judeu-alemão Karl Loewenstein (1942). Pretende-se avaliar como Loewenstein interpretava as críticas que recebeu de especialistas e de outras pessoas que emitiram juízos críticos, positivos ou negativos, sobre a sua obra. A percepção de Loewenstein sobre essa fortuna crítica será reconstruída a partir da rica correspondência ativa e passiva conservada na coleção especial *The Karl Loewenstein Papers*, do Amherst College (Massachusetts, Estados Unidos). Ou seja, será feito o cruzamento de determinados aspectos da recepção do livro com as reflexões contidas nas cartas. Não se trata, portanto, de uma exegese das críticas especializadas² ou das dúzias de resenhas publicadas na imprensa norte-americana da época disponíveis na coleção pessoal de Loewenstein (THE KARL..., 1941a), mas sim de refletir sobre o conteúdo de determinadas críticas que foram endereçadas à obra para, assim, avaliar as nuances de sua recepção. Dentre as diversas facetas disponíveis para a análise, será dada maior atenção ao modo com que foi interpretada e recepcionada a noção de autoritarismo do Estado Novo construída por Loewenstein, o principal fio condutor da obra.

Considerado um dos maiores constitucionalistas do século XX, Karl Loewenstein foi um jurista que se notabilizou pelos seus estudos de direito constitucional comparado e de ciência política (LOEWENSTEIN, 1957), trabalhando intensamente com os projetos de reconstrução da Alemanha no pós-guerra junto do governo dos Estados Unidos (LOEWENSTEIN, 1946) e tem sido atualmente retratado em trabalhos recentes como um “pensador transatlântico da política” (LANG, 2007). O foco analítico do presente artigo, contudo, é um elemento menos conhecido de sua trajetória: a sua viagem à América Latina, realizada em 1941, com recursos de uma bolsa da Fundação Guggenheim (THE KARL..., 1947).

Muitas das cartas disponíveis em *The Karl Loewenstein Papers* ainda não foram trabalhadas em pesquisas acadêmicas no Brasil e na América Latina, e auxiliam sobremaneira na reavaliação de antigas questões historiográficas. O modo com que Loewenstein tratava da recepção de seu livro no Brasil e nos Estados Unidos nas suas trocas epistolares demonstra como ele enxergava certos aspectos do Estado Novo de Vargas e de como ele retratava o regime político brasileiro no que se refere à questão conceitual do autoritarismo na Era Vargas³. Neste artigo, estudou-se oito cartas que compreendem o período

Luis Rosenfield
Um jurista entre os extremos: uma análise crítica da
recepção de *Brazil under Vargas* (1942), de Karl Loewenstein



de 1941 a 1945 (seis delas correspondências ativas, e duas, passivas), além de outros elementos do acervo, como reportagens de jornais, materiais referentes à submissão para bolsas de estudo e currículos. O enorme acervo documental do *The Karl Loewenstein Papers* compreende cerca de uma centena de caixas com materiais sobre sua longa carreira como cientista político, juristas, professor e consultor governamental, reunindo documentos do período em que morava, estudava e lecionava na Alemanha e em outros países da Europa e da fase posterior de mudança permanente para os Estados Unidos.

A documentação consiste basicamente em correspondências, manuscritos, relatórios, memorandos, documentos jurídicos, diários, separatas, entrevistas, materiais jornalísticos, entre outros elementos. São milhares de documentos que abarcam um rico panorama de sua carreira e de sua vida pessoal. A documentação que toca especificamente ao Brasil e à América Latina não é particularmente extensa, representando um fragmento menor e bastante limitado da experiência político-acadêmica de Loewenstein, englobando sobretudo a sua viagem à América do Sul durante a Segunda Guerra em 1941 e as suas atividades como consultor jurídico do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente em Montevideu entre 1941 e 1945.

Os detalhes de sua viagem ao Brasil no primeiro semestre de 1941 e outros dados biográficos de Loewenstein já foram trabalhados em outra publicação recente, na qual foi possível esquadrihar a teia de relações tecidas durante sua estada no País. Procurou-se mostrar naquele trabalho quais haviam sido as motivações para a célebre viagem à América do Sul, como se deram os preparativos para uma longa viagem de navio ao continente durante a guerra, os detalhes de seu relacionamento com a comunidade jurídica brasileira e também os elementos que cercam a censura de *Brazil under Vargas* no Brasil do Estado Novo (ROSENFELD, 2021a, p. 169-183).

No presente artigo, busca-se uma abordagem diferente, expandindo o eixo analítico e orientando a análise para a parte propriamente reflexiva e conceitual a partir dos debates contidos no processo de recepção da obra no Brasil e no exterior. A qualidade das discussões contidas nas trocas epistolares é digna de nota. Nelas, Loewenstein trabalhou com elementos que depois figurariam com grande proeminência em seu livro seminal, *Brazil under Vargas*, e em outras obras dos anos 1950 e 1960. Nos cartas ora analisadas, seus interlocutores eram, via de regra, pessoas de grande envergadura intelectual, como Frank Tannenbaum, famoso historiador austro-americano especializado em História do México; Manoel Pio Correa Jr., diplomata brasileiro de longa e proeminente



carreira no Itamaraty que foi seu colega no Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente; Henry Allen Moe, diretor da Fundação Guggenheim desde sua fundação, em 1925, até 1963; William Rex Crawford, *attaché* de relações culturais da Embaixada dos Estados Unidos entre 1941 e 1942 e autor de interessante livro sobre o pensamento brasileiro e latino-americano (CRAWFORD, 1944 , p. 190-217); Hubert Herring, historiador pioneiro nos Estados Unidos sobre assuntos latino-americanos; Walter Winchell, um dos principais jornalistas de seu tempo, reconhecido por ser o inventor das colunas sociais modernas e pela inflexão em direção ao sensacionalismo, uma novidade no começo do século XX; James Putnam, seu editor na Macmillan; e Ferdinand A. Hermens, destacado cientista político que, assim como Loewenstein, fugiu da Alemanha e se radicou nos Estados Unidos.

Um constitucionalista europeu no Brasil de Vargas

Publicado em 1942, *Brazil under Vargas* é uma das mais instigantes descrições de um brasilianista sobre o Brasil de Vargas no plano do Direito e da Teoria Constitucional. Apesar de ser um livro eminentemente jurídico, algo que ele deixa claro tanto na introdução do livro quanto nas suas cartas (THE KARL..., 1943a), existem amplas descrições sobre o ambiente intelectual brasileiro, as condições socioeconômicas do País e outros elementos que tinham como objetivo contextualizar e explicar a realidade brasileira para o público estadunidense no contexto da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, diante do cenário de desconfiança que cercava a relação entre os países, tratava-se de um livro de análise eminentemente acadêmica, mas, ao mesmo tempo, de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Diferentemente de outros livros laudatórios de estrangeiros que buscavam ungar a estrutura política do Estado Novo (FRISCHAUER, 1944), inclusive contando com patrocínio do DIP (KESTLER, 2003, p. 100-102), Loewenstein estava incumbido de analisar o Brasil a partir de uma lente diferente: a de um jurista treinado nas grandes universidades da Europa de antes da guerra, que teve que abandonar uma trajetória de docência e pesquisa na Faculdade de Direito da Universidade de Munique por causa da chegada ao poder do nazismo em 1933, e estava naquele então radicado nos Estados Unidos e imbuído do esforço de guerra dos Aliados contra o Eixo.

Dotado de sólida formação jurídica, Karl Loewenstein era oriundo de uma família influente e assimilada de judeus bávaros, nasceu em Munique e emigrou



para os Estados Unidos em 1933 em decorrência da ascensão do nacional-socialismo. Acabou fazendo carreira nos Estados Unidos, no Amherst College, e lá teve espaço para conduzir pesquisas até o final de sua vida. Contando com financiamento de uma bolsa da Fundação Guggenheim (*THE KARL...*, 1940), a sua viagem ao Brasil de Vargas em 1941 permitiu que delineasse certos meandros da vida pública brasileira em um momento de grandes transformações jurídicas, políticas e ideológicas, o que também serviu aos interesses dos mais altos escalões do governo norte-americano. Seu prestígio junto às elites políticas e jurídicas estadunidenses aumentou principalmente a partir do final da década de 1930 com a publicação do livro *Hitler's Germany: the Nazi Background do War* (LOEWENSTEIN, 1939), que o tornou célebre como um conhecedor do sistema político-jurídico nazista.

Os detalhes políticos preciosos com que descreveu a vida nacional brasileira até hoje servem de consulta quase obrigatória para aqueles interessados em compreender as peculiares engrenagens políticas e constitucionais do Estado Novo. Sobretudo, *Brazil under Vargas* se insere numa atividade acadêmica pioneira de compreensão da mutação dos sistemas políticos do século XX, ou seja, do nascimento dos regimes autoritários e totalitários típicos daquele período. A justificativa para a presente pesquisa está centrada no fato de que recepção da obra de Loewenstein tem sido pouquíssimo estudada e apenas recentemente tenham começado a surgir, ainda de modo muito modesto, investigações sistemáticas sobre o impacto de seus estudos sobre o Brasil (ALVES; OLIVEIRA, 2021, p. 43-77). Túllio Ascarelli, judeu-italiano exilado no Brasil que fugiu do fascismo e se tornou célebre no País como professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo entre 1941 e 1946, sintetizou *Brazil under Vargas* como “um sério estudo do regime de Vargas e, em geral, da estrutura política brasileira” (ASCARELLI, 1952, p. 206), e, na sua visão, tratava-se de uma obra que aproximava o sistema político autoritário brasileiro mais em direção ao despotismo iluminado do séc. XVIII do que do fascismo, referindo-se à percepção de que o varguismo se utilizava apenas de uma retórica fascista em seus slogans e na sua ideologia, mas que isso não adentrava na substância política do regime (ASCARELLI, 1952, p. 44).

Acredita-se que o estudo de Loewenstein sobre a América do Sul mereça um olhar mais atento sobre a manipulação de conceitos muito caros à historiografia política e jurídica. Isso porque Loewenstein foi um árduo defensor de uma visão equilibrada sobre o Brasil de Vargas, descrevendo o País como uma nação autoritária, certamente, mas ainda assim não propensa ao totalitarismo,



o grande fantasma que assolava as nações democráticas daquele período de radicalização da política em todo o mundo. Não se trata, pois, apenas de uma questão conceitual ou meramente acadêmica, visto que Loewenstein estava também incumbido de retratar o cenário brasileiro em um contexto de eventual aliança com os Aliados contra o Eixo. A investigação que levou à publicação do livro estava claramente inserida no pano de fundo do esforço de guerra norte-americano, especialmente pois Loewenstein assessorava diferentes ramos do governo dos Estados Unidos sobre questões ligadas ao nazismo, à repressão dos extremismos políticos e à situação das numerosas comunidades germânicas fora da Alemanha, especialmente na América Latina.

Com isso, o presente trabalho se enquadra esforço de revisitar o conceito de autoritarismo através da história das ideias jurídico-políticas e de sua aplicação no plano das convergências disciplinares entre a História, o Direito e a Ciência Política (MARQUES, 2015, p. 259-272; ROSENFELD, 2021b, p. 262-276). Em *Brazil under Vargas* se percebe uma narrativa voltada à necessidade de se refinar o uso de termos, conceitos e instituições do Estado de Direito nos regimes autoritários, utilizando o regime político estadonovista como um laboratório de pesquisa. Não por acaso, quando Loewenstein requisitou financiamento da Fundação Guggenheim, ele estava buscando justamente compreender a relação entre direito constitucional e governo no plano das ditaduras modernas. A ementa do projeto submetido à Fundação Guggenheim estava formulada da seguinte forma: “*Project: The writing of a treatise on the relationship of constitutional jurisprudence and government in modern dictatorships, from the viewpoint of a constitutional lawyer*”. A concessão da bolsa de pesquisa para executar esse projeto na América Latina veio em 16 de março de 1939, no valor de mil e quinhentos dólares (THE KARL..., 1940).

Ele compreendia com clareza meridiana que não bastava definir as ditaduras modernas como um lugar não-normativo, que não era guiado pelo direito. Isso implicava, portanto, na compreensão das engrenagens internas dos regimes políticos autoritários e totalitários, ou seja, de enxergar nas entrelinhas do que era uma perversão de um genuíno regime de *rule of law*. É dentro dessa tensão conceitual, entre autoritarismo, totalitarismo e constitucionalismo liberal, que estava centrada a sua pesquisa, pois ele não percebia que o uso do direito público e do direito constitucional nas ditaduras europeias e latino-americanas fosse apenas uma excrescência ou uma aberração, mas algo estrutural que, por essa razão, deveria ser estudado em detalhe.

No caso dos países da América do Sul, com forte tradição bacharelesca,



esse fenômeno merecia ainda mais atenção. Loewenstein foi um dos constitucionalistas daquele então que procurou compreender, através do método do que à época se entendia como uma análise sociológica do direito, a lógica interna das constituições autoritárias e o funcionamento dos regimes políticos antidemocráticos e antiliberais, o que envolvia um exercício de compreensão de diferentes camadas cinzentas da experiência jurídico-política de reorganização do estado e do direito.

A sua busca por um padrão político-normativo do que chamava de “autocracias” era sempre guiada por uma visão do que Loewenstein entendia como uma corrente minoritária de seu campo de estudos: ele percebia que, via de regra, os trabalhos acadêmicos descreviam as ditaduras modernas como mera “excrescência da vontade oportunista e arbitrária de um homem ou do grupo obsequioso de seus associados” (THE KARL..., 1940). Antes de sua viagem ao Brasil, Loewenstein alertava sobre como as práticas normativas das ditaduras europeias das décadas de 1930 e 1940 haviam se tornado sistematizadas e organizadas “de tal forma que um padrão integrado de direito constitucional e jurisprudência em autocracias se destaca em contraste definitivo com o direito constitucional e a jurisprudência do tipo Estado de Direito racional” (THE KARL..., 1940). Em síntese:

Embora criadas inicialmente para a finalidade ocasional de tomar o poder político, as técnicas do governo autocrático assumiram as formas do direito, – isto é, um sistema de regras para a ordem e o controle social. Por mais arbitrário que possa parecer, o governo ditatorial já está legalizado e, como lei, presta serviço para os fins próprios do direito (THE KARL..., 1940, tradução nossa)⁴.

Nas suas justificativas junto à Fundação Guggenheim, Loewenstein alegou que, à época, existiam muitos trabalhos sobre as ideologias e as instituições políticas dos estados ditatoriais, enquanto havia comparativamente poucas obras monográficas sobre a “base legal real das técnicas governamentais em autocracias”. O que lhe causava espanto era o fato, evidente para um especialista em direito público como ele, de que as operações cotidianas que afetavam diretamente os cidadãos comuns sob governos ditatoriais estavam firmemente enraizadas em “conceitos claros de direito público”. Com isso, as autocracias funcionam sob normas legais que, apesar de seu contraste básico com o governo constitucional, não deixavam de ser uma lei positiva e, como tal,



“objetos de uma elaborada jurisprudência constitucional emanada das decisões dos tribunais e da interpretação dogmática dos juristas” (THE KARL..., 1940).

Como já referido, Loewenstein estava diretamente engajado com o esforço de guerra norte-americano, tendo obtido inclusive sua cidadania estadunidense em 1939, e muitos de seus trabalhos estavam voltados não apenas para um ambiente acadêmico, mas também eram endereçados a agentes públicos da alta burocracia norte-americana. Como possuía conhecimento profundo sobre a realidade alemã sob Hitler, buscou compreender o estado das colônias alemãs no Sul do Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Peru. Sua visão sobre a infiltração do nazismo no Cone Sul denotava crescente preocupação com o futuro do continente em uma eventual vitória do Eixo sobre as forças aliadas, especialmente no que se refere à influência do movimento nazista na Argentina. Em carta para Henry Allen Moe, da Fundação Guggenheim, de 1941, percebe-se claramente o sentimento de apreensão:

Na Argentina, encontrei uma situação muito conturbada. O movimento nazista é ousado e forte e secretamente encorajado pelos grandes proprietários de terras e suas receitas. O próprio Castilho, o presidente interino – Ortiz é até incapaz de exercer suas funções, –ainda que provavelmente não um fascista é um tépido para a democracia como era, em um paralelo curioso e ameaçador, Brüning sob a República de Weimar. Dei uma entrevista ao *La Prensa* na qual, a pedido do editor-chefe, Dr. Lucque, incorporei todas as propostas para um controle efetivo dos nazistas. Esta entrevista foi amplamente impressa na Argentina e no Uruguai e a raiva dos nazistas e dos comunistas que me atacaram violentamente testemunha o fato de que os pontos foram bem conduzidos para casa. O governo até me pediu para colaborar na elaboração do novo estatuto, mas eu recusei educadamente porque um estrangeiro não tem título para interferir com a política de um país no qual ele desfruta da hospitalidade.

Tenho a impressão geral de que as pessoas em todos os países que visitei são democráticas até os ossos, que os nazistas se organizaram e seus apoiadores nativos para *O Dia* e que o destino de todos esses estados depende do resultado da guerra. Se Hitler vencer, será apenas uma questão de meses ou talvez até mesmo de dias até que estas terras sejam entregues aos nazistas. Na Argentina, mesmo agora, o cheiro é distinto de um *putsch* e o



Comitê Parlamentar de Investigação agora em sessão não será capaz de expor a participação de generais líderes e funcionários do governo em movimentos subversivos que são um segredo aberto a todos que olham para trás da cena (THE KARL..., 1941b, tradução nossa, grifos originais).

Por outro lado, Loewenstein defendia que as pessoas que havia visitado na América do Sul, muitas delas juristas de sólida formação, eram democratas “até os ossos” (THE KARL..., 1941b). A visão nuançada de Loewenstein claramente buscava retratar o regime varguista de modo simpático, mesmo que a reação posterior do *establishment* estado-novista tenha sido muito negativa em relação ao livro fruto da viagem. Com o livro já publicado, lhe foi relatado em carta de Walter Winchell, famoso jornalista da época, que pessoas muito próximas de Vargas dentro do governo não haviam gostado da obra e essa era a razão pela qual lhe foi imposta a censura (THE KARL..., 1943b). Não se sabe ao certo quem teria ativado o gatilho para a censura do livro, provavelmente Lourival Fontes, diretor do DIP à época, o próprio Vargas ou mesmo Francisco Campos, que por sua posição como Ministro da Justiça e redator da Constituição de 10 de novembro de 1937 fora extensamente descrito e analisado em *Brazil under Vargas*.

A recepção de *Brazil under Vargas*

A reação ácida e assertiva do governo brasileiro contrastava com a recepção da obra nos Estados Unidos, onde Loewenstein recebeu resenhas muito positivas de especialistas, como por exemplo através de Daniel Katz e Dana G. Munro (1942), no *Public Opinion Quarterly*, de Ferdinand A. Hermens (1943), na *The Review of Politics*, de A. Curtis Wilgus (1943), nos anais da *Academy of Political and Social Science* e de Werner Jakob Cahnman (1943), no *American Journal of Sociology* (ALVES; OLIVEIRA, 2021, p. 43-77).

Em síntese, a resenha de Daniel Katz, psicólogo americano, professor emérito de psicologia da Universidade de Michigan e especialista em psicologia organizacional, e Dana G. Munro, professor de história da América Latina na Universidade de Princeton e ex-funcionário do Departamento de Estado, descrevia o Brasil como uma ditadura na qual Vargas era o controlador absoluto da administração pública, uma vez que os partidos políticos haviam sido dissolvidos, a censura havia sido instaurada sobre a imprensa e, sobretudo,

Luis Rosenfield
Um jurista entre os extremos: uma análise crítica da
recepção de *Brazil under Vargas* (1942), de Karl Loewenstein



o Tribunal de Segurança Nacional havia sido criado para julgar as ameaças à ordem política brasileira. E, diante desse cenário sombrio de opressão, ainda assim Katz e Munro destacaram na resenha que existiam diferenças importantes com a realidade nazista ou fascista, concordando com Loewenstein no ponto de que havia na cultura política brasileira a predominância de valores liberais e individualistas que serviam como bloqueio imediato a um projeto totalitário sem limites ou balizas claras (KATZ; MUNRO, 1942, p. 643-645). Segundo a resenha, essa situação seria reforçada pelo cultivo da tolerância e de um aguçado senso de humor tipicamente brasileiro, que faria o princípio do *Führer* ser percebido como uma colocação esdrúxula que cairia logo em descrédito caso fosse algum dia implementado autocraticamente por Vargas (ALVES; OLIVEIRA, 2021, p. 47-48). Nas obras de muitos brasilianistas da época, era relativamente comum se fazer referência a um certo tipo de ‘temperamento latino-americano’ e às diferenças culturais em termos de emoções e de humor que seriam típicos do País.

Katz e Munro atentaram para os perigos e fragilidades da leitura que Loewenstein fez da tradição democrática do Império e da Primeira República, colocando tal visão como superestimada. Por outro lado, concordaram que a oscilante tradição liberal brasileira estava impedindo mudanças bruscas no que se refere à maneira de perceber os ideais políticos (KATZ; MUNRO, 1942, p. 643-645). Isso porque a tradição liberal era vista como um elemento civilizatório importante e, portanto, um freio para aventuras em direção ao totalitarismo.

No caso da resenha do acadêmico alemão Ferdinand A. Hermens, professor de Economia na Universidade de Notre Dame, havia sobretudo a concordância com a colocação de Loewenstein de que o Brasil seguia uma linha autoritária firme e declarada, mas ainda assim divorciada dos totalitarismos europeus. A crítica de Hermens repousava na convicção de que Loewenstein teria sido talvez um pouco ingênuo ao retratar com tamanha força as tradições liberais brasileiras, pois considerava que as ditaduras, como era o caso do Estado Novo, possuíam sempre um potencial enorme para apodrecer desde dentro e assim frear qualquer transição democrática efetiva, tornando-se um sistema político mais perigoso em termos de violações de direito e liberdades individuais (THE KARL..., 1942). Contudo, a visão de Hermens, influenciada por sua leitura do livro de Loewenstein, era de que Vargas havia estabelecido um governo “personalista”:

Um “regime personalista” torna possível reduzir ao mínimo a



interferência nas liberdades políticas. O governante deve eliminar de qualquer posição no poder ou perto dele os líderes – reais ou potenciais – da oposição, mas pode deixar em paz as grandes massas dos seus seguidores. Após algum tempo, e com o devido cuidado e cautela, ele pode mesmo se reconciliar com alguns desses líderes. Vargas já o fez. É o que diz o Dr. Loewenstein: “Vargas, de acordo com a natureza tolerante e conciliadora dos brasileiros e também com o seu próprio tratamento judicioso dos opositores políticos, absteve-se, durante toda a sua carreira política, de retaliar maciçamente os políticos não-conformistas; e conseguiu, como nenhum outro governante autoritário do nosso período, conquistá-los e absorvê-los ao serviço do Estado (HERMENS, 1943, p. 261-262).

Sua conclusão repousava na constatação de que o livro representava umas das melhores contribuições científicas à política de boa vizinhança com outros estados da América e diferia do grande número de trabalhos superficiais sobre política exterior publicados à época (HERMENS, 1943, p. 261-263; ALVES; OLIVEIRA, 2021, p. 52-53). O que não aparece na resenha de Hermens é a crítica que ele fez a Loewenstein de modo privado em uma carta enviada no ano anterior à publicação da resenha, na qual ele se ressentia das conclusões de Loewenstein sobre o tratamento que deveria ser dado às comunidades alemãs. Segundo Hermens, deveria haver maior cuidado de diferenciação entre os tentáculos do nazismo na América Latina e a real penetração comunitária dessas ideias radicais no ambiente brasileiro:

Uma parte do seu livro com a qual eu tive algumas reservas diz respeito à política em relação à minoria alemã do Brasil. Certamente, os nazistas devem ser parados, custe o que custar. Mas não haveria uma hipótese de fazer uma distinção entre eles e o resto? O processo de assimilação pode funcionar lentamente com os alemães no Brasil, mas esse processo irá em algum momento, afinal de contas, se completar, mesmo sem o uso de muita força. Talvez essa questão possa ser reaberta algum tempo quando Hitler tiver desaparecido de cena (THE KARL..., 1942).

Infelizmente, não se tem registro da resposta de Loewenstein a essa indagação. Esse tem sido um ponto nevrálgico muito criticado na trajetória de



Loewenstein, a ideia fixa que ele possuía de que os regimes totalitários, tanto à direita quanto à esquerda, deveriam ser combatidos com todas as forças. Em termos teóricos, ele cunhou a ideia de “democracia militante” para defender esse ponto de vista, colocando em evidência a necessidade de combater de modo ativo os movimentos políticos que se colocavam nos extremos e negavam a dinâmica democrática. No contexto da Segunda Guerra Mundial, ele defendia abertamente a contenção do nazismo na América Latina pela criação de campos de internação voltados a debelar as manifestações nazistas nas suas mais diversas esferas. Essa atitude foi replicada também no contexto da colaboração de Loewenstein com o Departamento de Estado norte-americano em diferentes conflitos durante a Guerra Fria nas décadas posteriores (GREENBERG, 2015, p. 169-210).

Loewenstein inclusive integrou como consultor jurídico o Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente, sediado em Montevideu, órgão que fora criado por decisão da Segunda Reunião de Chanceleres dos Países Americanos, tendo participado de diversas reuniões no Uruguai com a finalidade de coordenar em todo o continente as medidas de combate à espionagem, à sabotagem por agentes inimigos, e à propaganda política dos países do Eixo Roma-Berlin, sugerindo aos vários governos as medidas apropriadas e acompanhando sua aplicação (GREENBERG, 2015, p. 169-210). Segundo o secretário da delegação brasileira, Manoel Pio Corrêa, dessa forma se evitava para os Estados Unidos o constrangimento e o desgaste de solicitar diretamente dos demais governos a adoção e implementação de “medidas delicadas”:

Assim sendo, os Estados Unidos, que dispunham de todo o arsenal de conhecimento e meio apropriados para combater a ação de agentes inimigos, e que tinham interesse vital em que tais agentes fossem efetivamente impedidos de atuar nos demais países americanos, podiam alimentar o comitê com as sugestões adequadas, que eram então apresentadas aos vários Governos por um organismo internacional criado pelo comum acordo de todos; sem configurar portanto ingerência de uma país nos negócios internos dos outros. O esquema era muito bem pensado, evitando ferir a susceptibilidade de qualquer Governo.

O Comitê compunha-se de Delegados de sete das Repúblicas Americanas, representando coletivamente as quatorze outras, com expresso mandato das mesmas. A Presidência era exercida,



como é de praxe internacional, pelo Delegado do país onde o órgão tinha sua sede: no caso, o Presidente do Comitê era, portanto, o Doutor Alberto Guani, Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai e Presidente do Senado (CORRÊA, 1995, p. 239-240).

O Comitê, cujo delegado do Brasil era o General Góes Monteiro (CORRÊA, 1995, p. 241-244), dispunha, segundo o relato de Pio Corrêa em suas memórias, de um “farto e crescente arsenal jurídico, e de um núcleo de bons juristas”, formada por alguns “jovens advogados uruguaiois de valor”. Essa equipe jurídica possuía o apoio do de Karl Loewenstein, com quem Pio Corrêa mantinha uma relação de parceria e troca regular de correspondências (THE KARL..., 1945).

Loewenstein asseverou em carta para outro resenhador de sua obra, Frank Tannenbaum, exilado austríaco especialista em História do México e da América Latina e professor na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, que não lhe parecia que Vargas era apenas um caudilho típico da América do Sul, e que o Brasil estava mais orientado para a Europa do que qualquer país do continente. Isso porque sua “técnica de governo e administração” era “altamente legalista”, uma vez que “as Constituições de 1934 e 1937 foram deliberadamente padronizadas nos precedentes europeus, particularmente as Constituições polonesa e irlandesa”(THE KARL..., 1943a).

Na sua resenha, Tannenbaum lamentava que Loewenstein fizesse apenas uma ponte comparativa direta com a Europa, dando menos atenção aos paralelos com os países vizinhos, na sua visão marcados pelo fenômeno do caudilhismo. Tannenbaum referiu que julgava certa negligência de Loewenstein não ter atentado para os “certamente reveladores exemplos locais”, dado que o meio latino-americano era muito mais próximo do Brasil que as realidades da Alemanha, Itália, França ou Portugal, e que mesmo uma comparação com a política norte-americana teria roubado à ditadura Vargas parte considerável de sua “aparente originalidade” (TANNENBAUM, 1943, p. 415-421).

Loewenstein nutria grande respeito por Frank Tannenbaum, e sua crítica precisa na *The Review of Politics* foi considerada uma das mais bem elaboradas e legítimas resenhas até então publicadas sobre *Brazil under Vargas* (THE KARL..., 1944). Contudo, em carta datada de 1943, Loewenstein respondeu a Tannenbaum argumentando que tinha perfeita consciência de que as arbitrariedades do governo eram “legalisticamente camufladas, exatamente como é feito por ditaduras europeias com maior auto-respeito” (THE KARL..., 1943a). Tamanho era o respeito pelo edifício jurídico-político autoritário erguido por Getúlio

Luis Rosenfield
Um jurista entre os extremos: uma análise crítica da
recepção de *Brazil under Vargas* (1942), de Karl Loewenstein



Vargas e Francisco Campos, que Loewenstein chegou a referir que percebia que a estrutura oligárquica e coronelista brasileira estava datada, visto que o Estado Novo havia estabelecido um sistema centralizador que iria diluir os poderes regionais e minar a estrutura das velhas elites estaduais. Essa afirmação se revelou uma convicção bastante ingênua sobre como efetivamente funcionam as oligarquias latino-americanas e mundiais, como a experiência do século XX tem demonstrado em profusão.

Em suma, Loewenstein se percebia espremido entre a direita e a esquerda no que se refere a determinadas interpretações de sua obra. Apesar de ter tido diversas avaliações especializadas elogiosas nos Estados Unidos não apenas em periódicos, mas também na grande imprensa, o autor externou em diversas cartas a sua insatisfação com determinadas críticas, que, segundo ele, não levavam em conta a sua tentativa de expor ao mundo uma visão equilibrada e moderada, eminentemente descritiva e analítica, do complexo cenário brasileiro, como se percebe no tom de desabafo em outro trecho da carta endereçada a Frank Tannenbaum:

Talvez lhe interesse que Vargas, após alguns meses de hesitação, tenha finalmente proibido a venda e a discussão pública do livro no Brasil. De acordo com uma carta que recebi de Walter Winchell, o governo se ressentiu de minhas críticas. Como os críticos liberais deste país me reprovaram por ser muito amigável com o regime brasileiro, há um forte indício de que, ao ofender tanto a esquerda como a direita, conduzi o caminho da objetividade no meio. Considerando a situação, eu não me considero “entusiasta” de Vargas. Dar ao diabo o que lhe é devido não significa, é claro, que você goste dele. Mas o homem que se mantém no poder por mais de uma vintena de anos nestes tempos de convulsão deve ter qualidades positivas de estadista, e é esta conquista que um narrador objetivo sobre o Brasil estava obrigado a registrar. Pessoalmente não sou dado ao culto ao herói, e meus amigos brasileiros, bem versados na arte essencial da leitura das entrelinhas, não deixaram de notar o tom irônico que acompanhou meus elogios (THE KARL..., 1943a, tradução nossa).

Certamente a crítica mais severa que Loewenstein sofreu no processo de recepção de *Brazil under Vargas* foi a publicação do texto de J. F. Normano, que



foi professor da Universidade de São Petesburgo e depois da Universidade de Harvard, na *The Hispanic American Historical Review*, um dos poucos resenhistas que possuía amplo conhecimento do Brasil (ALVES; OLIVEIRA, 2021, p. 63-64). Em um primeiro momento, Normano descreveu de modo minucioso uma quantidade considerável de erros materiais cometidos por Loewenstein no transcorrer da obra, algo que pode ser considerado normal visto que ele não era propriamente um brasilianista de formação, mas sim um viajante dedicado a recolher elementos de compreensão jurídico-política de um País que se encontrava no limiar entre os Aliados e o Eixo, permanecendo no Brasil por apenas cerca de dez semanas. De toda forma, Normano atacou diretamente questões como a descrição errônea feita por Loewenstein de *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, como “talvez uma das maiores obras de ficção escrita no Brasil” e não como uma obra de investigação sociológica. Dentre outros deslizes, cometeu erro parecido ao retratar Monteiro Lobato como um escritor de obras de Economia, ou de Oliveira Vianna como um pensador não ligado ao nacionalismo brasileiro. Outro erro saliente que chamou a atenção de Normano foi a descrição do lema Ordem e Progresso como uma criação dos integralistas, e não dos positivistas (NORMANO, 1943, p. 323).

A crítica contundente de Normano à obra de Loewenstein contrasta com a visão que ele próprio iria defender cerca de um ano mais tarde no prefácio à edição brasileira de seu livro *The struggle for South America (Economy and Ideology)*, cuja primeira edição em inglês havia sido publicada em 1931, e a edição brasileira, que contava então com a tradução do texto sem alterações e que agora vinha atualizada com um novo prefácio, saiu apenas em 1944. Nessa nova edição, intitulada em português *A luta pela América do Sul*, Normano concedeu amplos espaços para a “ação social planejada e coletiva”, que para ele era o “único meio de ganhar a guerra” e que não havia “motivos para recusar a aplicação desse sistema para ganhar a paz” (NORMANO, 1944, p. 6). Ou seja, curiosamente, pouco tempo depois da resenha ácida e arrasadora de *Brazil under Vargas*, Normano admitia certos méritos das experiências corporativistas dos países Latino Americanos como uma forma de reorganização econômica e institucional para os esforços de guerra e para o que ele via como modelo de substituição de uma decadente ordem política liberal ancorada no capitalismo:

Em 1943 o quadro é diferente. Estamos testemunhando e sofrendo as dores do parto de uma nova ordem, não porém, – façamos votos, – no sentido nazista da frase. A anarquia individualista



do histórico episódio está sendo destruída na segunda guerra mundial. Se a ação social planejada e coletiva é o único meio de ganhar a guerra, não há motivos para recusar a aplicação desse sistema para ganhar a paz. Novas formas de vida econômica futura manifestam-se com diferentes tonalidades em todas as partes do mundo. Elas incluem o “New Deal” nos Estados Unidos, o plano Beveridge na Inglaterra, o socialismo na Rússia e o corporativismo nos países latinos (NORMANO, 1944, p. 6).

Ou seja, o Estado Novo era visto como uma vertente da “ação social planejada e coletiva” tão criticada na sua resenha ao descrever o estado-novismo apenas como uma ditadura caudilhesca (NORMANO, 1944, p. 6). Mais tarde, o próprio Freyre em uma resenha no ‘*O Jornal*’ levou em conta a ácida resenha de Normano para atacar *Brazil under Vargas* nesse ponto, visivelmente ressentido com a suposta falta de conhecimento sobre o Brasil e sobre a sua obra, acreditando que Loewenstein descreveu *Casa-grande & senzala* como um livro de literatura por malícia e ironia. A crítica ressentida de Freyre levou em conta e fez referência explícita a Normano como um dos grandes especialistas sobre o Brasil fora do País (FREYRE, 1944). Na verdade, em carta datada de 07 de fevereiro de 1944, Loewenstein relatou a William Rex Crawford, professor da Universidade da Pensilvânia e *attaché* de relações culturais da embaixada norte-americana no Rio de Janeiro, o qual lhe havia enviado a resenha de Freyre por correio, que tal referência o havia passado despercebida na revisão das provas e que lamentava o ocorrido:

Muito obrigado pela sua carta de 8 de janeiro de 1944 com anexos. Acrescentei o artigo de Gilberto Freyre aos meus arquivos. Já sou um veterano a escrever livros, olhando para trás durante um período de quase trinta anos, e já não me preocupo muito com críticas de uma forma ou de outra. Mas Gilberto Freyre, cujo trabalho eu estimo muito, é suficientemente importante para ser levado a sério. É lamentável que ele se tenha permitido a si próprio tornar-se um instrumento de uma péssima campanha conduzida contra mim por um Sr. Normano que, entre outras coisas, rasgou o meu livro em pedaços numa longa resenha na *Spanish-American Historical Review* do ano passado. É lamentável que Gilberto Freyre não só se refira no seu artigo ao Sr. Normano, mas, além disso, repita textualmente e sem acrescentar nenhum ponto

Luis Rosenfield
Um jurista entre os extremos: uma análise crítica da
recepção de *Brazil under Vargas* (1942), de Karl Loewenstein



próprio o que Normano escolheu na sua crítica. A dependência da crítica de Freyre é tão próxima que sou levado a pensar que o próprio Freyre não leu o meu livro. Tanto quanto sei, ele está atualmente nos Estados Unidos, e o Sr. Normano acabou de puxar a lâ sobre os seus olhos.

Admito livremente o erro relativo à caracterização do famoso livro de Freyre. Isso foi introduzido nos manuscritos devido a uma confusão técnica ao cortar o material deste capítulo; mas, claro, isto não é desculpa que tenha sido negligenciado nas provas. Este é o único ponto em que Normano e Freyre estão corretos. Todo o resto é para além do ponto, pequenas recriminações de um defensor verbal e todas confinadas ao único capítulo sobre “A mobilização do patriotismo” onde os pontos incriminados são, na melhor das hipóteses, de importância colateral. Nem Normano nem Freyre tiveram uma palavra a dizer sobre os outros 99,9% do livro cuja abordagem, devido ao seu carácter jurídico e constitucional, está para além dos limites do seu interesse ou julgamento (THE KARL..., 1944, tradução nossa, grifos originais).

Lowenstein continuou a carta a Crawford explicando que achou particularmente engraçada a insinuação de que teria sido “subserviente ao atual regime”, uma vez que o DIP havia proibido a circulação e venda do volume no Brasil e que seus membros tenham ficado indignados quando um “influente amigo” de Loewenstein lhes explicou o quão benéfico o livro tinha sido para a promoção do entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil. Não foi possível averiguar quem teria sido esse amigo, mas é possível que tenha sido Manoel Pio Corrêa, colega de Loewenstein no Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente, ou Themístocles da Graça Aranha, chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, que havia recebido Loewenstein no Rio de Janeiro. Apesar de referir que não havia dado maior importância à resenha de Gilberto Freyre, Loewenstein se incomodou com a acusação por parte dos liberais norte-americanos de supostamente ter tido “uma ‘atitude bizantina’ ao ser demasiado indulgente com Vargas e as suas realizações: “Obviamente, um autor que é objetivo de acordo com o seu melhor julgamento – e possui experiência considerável na sua área – não pode ser favorecido tanto por fascistas como por liberais ao mesmo tempo” (THE KARL..., 1944). Por fim, relatou a Crawford que se consolava com a “aclamação praticamente unânime do livro pelos críticos cujo julgamento tem peso”, tais

Luis Rosenfield
Um jurista entre os extremos: uma análise crítica da
recepção de *Brazil under Vargas* (1942), de Karl Loewenstein



como William L. Schurz, Hubert Herring, Dana Gardner, Duncan Aikman, Roy Nash e Frank Tannenbaum, entre outros. Além disso, Loewenstein revelou em carta datada de fevereiro de 1944 que havia descoberto, por intermédio “um dos homens mais proeminentes da profissão” no País – cuja identidade infelizmente não revelou –, que “juristas proeminentes no Brasil receberam com entusiasmo o livro” (THE KARL..., 1944).

Conclusão

A presente revisão crítica da recepção de *Brazil under Vargas*, ainda parcial pois poderia se aprofundar em outros materiais disponíveis sobre a recepção da obra, procurou demonstrar a riqueza do cruzamento entre as resenhas dedicadas ao livro com o farto material epistolar disponível no arquivo pessoal do autor. Com essa abordagem, tornou-se possível acessar diferentes camadas interpretativas da construção de argumentos sobre pontos nevrálgicos do Brasil de Vargas, demonstrando novas formas de enxergar antigos fenômenos sobre o Estado Novo para além das visões clássicas sobre o tema. Por ter sido um livro publicado no calor dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, o intuito de se revisitar a fortuna crítica da obra de Loewenstein e a sua percepção sobre esse material foi abrir novos caminhos e possibilidades para a atualização e qualificação da historiografia sobre o período. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma contribuição focada na história intelectual dos juristas que busca descortinar as diferentes camadas analíticas que cercam a experiência político-jurídica brasileira.

Referências

ALVES, Adamo Dias; OLIVEIRA, Lorrany Gandra de. A importância da obra *Brazil under Vargas* de Karl Loewenstein e sua recepção nos Estados Unidos da América. In: SILVA, Adriana Campos; ALVES, Adamo Dias (org.). *Estudos de história constitucional e direito político*. Belo Horizonte: Editora Expert, 2021. p. 43-76. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/08/Estudos-de-Historia-Constitucional-e-de-Direito-Politico.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

ASCARELLI, Tullio. *Apresentação do Brasil*. Tradução Olinto de Castro. 2. ed. São



Paulo: Edições Sal, 1952.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

CRAWFORD, William Rex. *A Century of Latin-American Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1944.

DOCUMENTOS de Karl Loewenstein. Amherst: Amherst College Archives & Special Collections, 1822-1977. Disponível em: <https://archivesspace.amherst.edu/repositories/2/resources/202>. Acesso em: 13 jun. 2022

FREYRE, Gilberto. Livros sobre o Brasil. *O Jornal*, Rio de Janeiro, ano 26, n. 7265, 1 jan. 1944. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194&pesq=&pagfis=19342. Acesso em: 13 jun. 2022.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. 2. ed. Tradução Mário da Silva e Brutus Pedreira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

GREENBERG, Udi. *The Weimar Century: German émigrés and the ideological foundations of the Cold War*. Princeton: Princeton University Press, 2015.

HERMENS, Ferdinand Aloys. Estado Novo. *The review of politics*, Cambridge, v. 5, n. 2, p. 261-262, 1943.

KATZ, Daniel; MUNRO, Dana Gardner. *Brazil under Vargas*, by Karl Loewenstein. *The Public Opinion Quarterly*, Oxford, v. 6, n. 4, p. 643-645, 1942.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003. (Ensaio de Cultura, v 22).

LANG, Markus. *Karl Loewenstein: Transatlantischer Denker der Politik*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Stuttgart, 2007. Disponível em: <https://elibrary.steiner-verlag.de/book/99.105010/9783515127448>. Acesso em: 14 jun. 2022.

LOEWENSTEIN, Karl. *Brazil under Vargas*. New York: The Macmillan Company, 1942.

LOEWENSTEIN, Karl. *Hitler's Germany: The Nazi Background to War*. New York: The Macmillan Company, 1939.

LOEWENSTEIN, Karl. *Political power and the governmental process*. Chicago: The



University of Chicago Press, 1957.

LOEWENSTEIN, Karl. *Political reconstruction*. New York: The Macmillan Company, 1946.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. *Repressão política e usos da constituição no governo Vargas (1934-1937)*. Curitiba: Prismas, 2015.

NORMANO, João Frederico. Brazil under Vargas. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 23, n. 2, p. 318-322, 1943. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/00182168-23.2.318>. Acesso em: 14 jun. 2022.

NORMANO, João Frederico. *A luta pela América do Sul*. São Paulo: Editora Atlas, 1944.

ROSENFELD, Luis. Karl Loewenstein no Brasil de Vargas: o olhar de um jurista judeu-alemão sobre o Estado Novo. *História do Direito: RHD*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 169-183, jul./dez. 2021a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/83112/45878>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ROSENFELD, Luis. *Revolução conservadora: genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021b.

TANNENBAUM, Frank. A note on Latin American Politics. *Political Science Quarterly*, New York, v. 58, n. 3, p. 415-421, set. 1943.

THE KARL Loewenstein Papers. Clippings. [S. l.: s. n.]. Box 44, Folder 19, 1941a.

THE KARL Loewenstein Papers. Curriculum and Grant Application Materials. [S. l.: s. n.]. Box 32, Folder 34, 1947.

THE KARL Loewenstein Papers. Guggenheim fellowship grant application materials. [S. l.: s. n.]. Box 32, Folder 32, 1940.

THE KARL Loewenstein Papers. Letter from Karl Loewenstein to F. A. Hermens. [S. l.: s. n.]. Box 29, Folder 12, 1942.

THE KARL Loewenstein Papers. Letter from Karl Loewenstein to Frank Tannenbaum. [S. l.: s. n.]. Box 29, Folder 13, 1943a.

THE KARL Loewenstein Papers. Letter from Karl Loewenstein to Henry Allen Moe. [S. l.: s. n.]. Box 32, Folder 32, 1941b.

THE KARL Loewenstein Papers. Letter from Karl Loewenstein to Pio Corrêa. [S.



l.: s. n.]. Box 29, Folder 13, 1945.

THE KARL Loewenstein Papers. Letter from Karl Loewenstein to William Rex Crawford. [*S. l.: s. n.].* Box 29, Folder 13, 1944.

THE KARL Loewenstein Papers. Letter from Walter Winchell to Karl Loewenstein. [*S. l.: s. n.].* Box 29, Folder 13, 1943b.

Notas

¹Professor Adjunto do Departamento de História e do PPG-História da PUCRS. Doutor em Direito pela UNISINOS e em Filosofia pela PUCRS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4669-6835>.

²Para uma exegese da maior parte, mas não da totalidade, das críticas especializadas de *Brazil under Vargas*, remete-se a Adamo Dias Alves e Lorrany Gandra Oliveira (2021). A importância da obra *Brazil under Vargas* de Karl Loewenstein e sua recepção nos Estados Unidos da América. No livro organizado por Adriana Campos Silva e Adamo Dias Alves, *Estudos de história constitucional e direito político*.

³A coleção *The Karl Loewenstein Papers* pertence ao arquivo especial do *Amherst College* (Massachusetts, Estados Unidos) e abrange todos os períodos da vida do autor, contando com mais de uma centena de caixas que servem de chave de acesso a diferentes momentos da vida pública, intelectual e política de Loewenstein na Alemanha, nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países que Loewenstein teve contato durante sua profícua trajetória. Maiores detalhes sobre esse importante acervo, ainda largamente intocado por pesquisadores da América do Sul, podem ser encontrados em: https://www.amherst.edu/system/files/media/0218/LoewensteinFA_2011.pdf (DOCUMENTOS..., 1822-1977).

⁴Todas as traduções da língua inglesa para a portuguesa foram vertidas livremente pelo autor.

Luis Rosenfield
Um jurista entre os extremos: uma análise crítica da
recepção de *Brazil under Vargas* (1942), de Karl Loewenstein